

Previdência pública do Estado será unificada

AJ13493

Executivo deverá apresentar projeto de lei até o final deste mês

DENISE ZANDONADI

A reforma da Previdência definida no ano passado para o setor público começa a ser implementada no Estado que terá de unificar os sistemas previdenciários dos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo. Esta unificação foi proposta pela reforma, aprovada em dezembro de 2003, através da Emenda 41.

Para que a unificação seja concretizada, o Executivo estadual terá de encaminhar projeto de lei para a Assembléia Legislativa, o que deverá ocorrer ainda neste mês. A partir de agora, os 26 órgãos do Estado, envolvendo o Executivo, legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas, terão seu sistema previdenciário gerido pelo Instituto de Pre-



Gildo Loyola

Debate

Além de Lelo Coimbra e do secretário nacional de Previdência, Helmut Schwarzer, participam do encontro representantes dos três poderes

vidência e Assistência Jerônimo Monteiro (IPAJM).

Para discutir a estruturação do sistema único, técnicos do IPAJM e do Ministério da Previdência concluem hoje o seminário "Reforma da Previdência no Estado do Espírito Santo", que acontece no Centro de Convenções de Vitória. O encontro co-

meçou ontem com a presença do vice-governador Lelo Coimbra, o presidente do IPAJM, Hélio Santiago e o secretário de Previdência do ministério, Helmut Schwarzer, além de representantes dos três poderes.

Segundo Santiago, um dos maiores impactos que a Previdência causa é o déficit do Es-

pírito Santo em relação à folha de pagamento de benefícios e aposentadorias. Ele ressaltou que os R\$ 351 milhões referentes à venda antecipada de 18 meses dos royalties de petróleo que os cofres capixabas têm direito não serão suficientes para manter os pagamentos em dia, se essa reforma não for cumprida.